

ESCRITURA PARTICULAR DA 6ª EMISSÃO DE DEBÊNTURE
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAF
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS
REDE D'OR SÃO LUIZ S.A.



JUCESP PROTOCOLO
2.198.645/14-2



Pelo presente instrumento particular,

REDE D'OR SÃO LUIZ S.A., sociedade anônima sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Francisco Marengo nº 1312, Tatuapé, CEP 03.313-000, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob NIRE 35.300.318.099, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob nº 06.047.087/0001-39, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, doravante designada simplesmente "Emissora"; e

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira com sede no município do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4200, Bloco 08, Ala B, Salas 303 e 304, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social, doravante designada simplesmente "Agente Fiduciário";

celebram a presente Escritura Particular da 6ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografia, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Emissora, doravante designada simplesmente "Escritura", nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM nº 476/09"), mediante as seguintes cláusulas e condições a seguir:

I. AUTORIZAÇÃO

1. A presente Escritura é celebrada com base na aprovação da 6ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografia para Distribuição Pública com Esforços Restritos ("Emissão") deliberada na Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 07 de novembro de 2014 ("AGE"), de acordo com o disposto no artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

II. REQUISITOS

2.1 Arquivamento da Ata de AGE. A ata da AGE será arquivada na JUCESP e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Diário do

Comércio de São Paulo, de acordo com o disposto no artigo 62, I, e artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações.

2.2 Registro da Escritura. A presente Escritura e seus eventuais aditamentos serão registrados na JUCESP, de acordo com o disposto no artigo 62, II, e seu parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações.

2.2.1. A Emissora compromete-se a enviar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original da Escritura e eventuais aditamentos, devidamente registrados na JUCESP, tempestivamente após a data de obtenção do referido registro.

2.3 Dispensa de Registro na CVM. A presente Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição na CVM, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM nº 476/09.

2.4 Registro na ANBIMA. Não obstante o disposto no parágrafo primeiro, inciso (i) e parágrafo segundo do artigo 1º do novo "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", em razão da inexistência de diretrizes e regulamentação específicas para tanto pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 9º do referido código, as Debêntures serão registradas na Associação Brasileira das entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais desde que expedidas as diretrizes específicas do Conselho de Regulação e Melhores Práticas até a data de envio à CVM da comunicação de encerramento da Emissão.

3. CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1 Número da Emissão. Esta é a 6ª (sexta) emissão pública de debêntures da Emissora.

3.2 Número de Séries. A Emissão será realizada em série única.

3.3 Montante da Emissão. O montante total da Emissão é de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais).

3.4 Quantidade de Debêntures. Serão emitidas 20.000 (vinte mil) debêntures ("Debêntures").

3.5 Data de Emissão. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 15 de dezembro de 2014 ("Data de Emissão").

DUE

3.6 Escriturador Mandatário e Banco Liquidante. O banco liquidante e o escriturador mandatário serão Itaú Unibanco S.A. ("Banco Liquidante") e Itaú Corretora de Valores S.A. ("Escriturador Mandatário"), respectivamente.

3.7 Destinação de Recursos. Os recursos oriundos da Emissão serão destinados para alongamento do perfil de endividamento da Emissora.

3.8 Registro na CETIP. As Debêntures serão registradas para (i) distribuição primária no MDA - Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"); e (ii) negociação secundária, no CETIP21 - Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. - Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição e as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

3.9 Colocação e Distribuição. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476/09, com a intermediação de instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenador Líder") e de outros coordenadores que porventura venham a ser contratados pela Emissora, quando referidos em conjunto "Coordenadores", nos termos do Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, da 6ª Emissão da Emissora ("Contrato de Distribuição").

3.9.1. Com o objetivo de colocar as Debêntures, o Coordenador Líder poderá procurar, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Qualificados (como adiante definidos), sendo possível a subscrição ou aquisição de Debêntures por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados.

3.9.2 A colocação das Debêntures será realizada de acordo com: (a) os procedimentos do MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP; e (b) o Contrato de Distribuição.

3.9.3 A Emissão não poderá ter seu valor aumentado em nenhuma hipótese.

3.10 Subscrição, Integralização e Negociação. As Debêntures serão subscritas dentro do prazo de distribuição observado o procedimento estabelecido pelo artigo 7-A da Instrução CVM nº 476/09 e no Contrato de Distribuição.

3.10.1 As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato de subscrição ("Data de Integralização"), em moeda corrente nacional, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida desde a Data de Emissão até a Data de Integralização, de acordo com os procedimentos adotados pela CETIP, estando os

DUCE SP

subscritores obrigados a fornecer declaração escrita conforme constará do boletim de subscrição das Debêntures, atestando a sua qualidade de Investidores Qualificados (como adiante definidos), bem como que estão cientes de que (i) a Emissão não foi registrada na CVM; e (ii) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas na Instrução CVM nº 476/09.

3.10.2 As Debêntures somente poderão ser negociadas (i) entre Investidores Qualificados (como adiante definidos) e (ii) depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição por referidos investidores, conforme o artigos 13 e 15 da Instrução CVM nº 476/09 e observado o cumprimento pela Emissora das obrigações previstas no artigo 17 da citada Instrução.

3.10.3 Considerar-se-ão, para os fins desta Escritura, como "Investidores Qualificados" aqueles assim definidos no artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004 ("Instrução CVM nº 409/04"), observado que, nos termos da Instrução CVM nº 476/09, (i) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, mesmo aqueles que se destinem a investidores não qualificados; (ii) fundos de investimento cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos na Instrução CVM nº 476/09; e (iii) as pessoas físicas e jurídicas mencionadas no artigo 109, IV da Instrução CVM nº 409/04, deverão subscrever, no âmbito da oferta pública de Debêntures, valores mobiliários cujo montante equivalha, no mínimo, a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

3.10.4 A oferta das Debêntures será encerrada quando da subscrição e integralização da totalidade das Debêntures pelos Investidores Qualificados e/ou pelo Coordenador, na hipótese de exercício da garantia firme de subscrição das Debêntures.

3.10.5 Em conformidade com o artigo 8º da Instrução CVM nº 476/09, o encerramento da oferta das Debêntures deverá ser informado pelo Coordenador (ou pela Emissora, em nome do Coordenador) à CVM, no prazo de 5 (cinco) dias corridos contados do encerramento.

4. CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1 Valor Nominal Unitário. O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

4.2 Prazo e Data de Vencimento. O vencimento das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 05 (cinco) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de dezembro de 2019 ("Data de Vencimento"), ressalvada a hipótese de vencimento antecipado prevista no item 6.1 abaixo. Por ocasião do vencimento, a



Emissora se obriga a proceder ao pagamento das Debêntures pelo seu Valor Nominal Unitário ou saldo do seu Valor Nominal Unitário, acrescido de Remuneração (como adiante definida), conforme o caso, calculados conforme o disposto nesta Escritura.

4.2.1 Prorrogação dos Prazos. Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, quando a data de pagamento coincidir com sábado, domingo ou outro dia em que não haja expediente bancário na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, exceto nos casos em que o pagamento deva ser realizado por meio da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional. Para os fins da presente escritura considera-se dia útil, qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional ("Dia Útil").

4.3 Forma e Emissão de Certificados. As Debêntures serão simples, da forma nominativa e escritural. A Emissora não emitirá certificados ou cautelares das Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP o extrato em nome dos debenturistas emitido pela CETIP.

4.4 Convertibilidade. As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.5 Espécie. As Debêntures serão da espécie quirografária.

4.6 Direito de Preferência. Não há direito de preferência na subscrição das Debêntures.

4.7 Remuneração. O Valor Nominal Unitário não será atualizado monetariamente. Sobre o saldo do Valor Nominal Unitário incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente de sobretaxa de 2,00% (dois por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Sobretaxa", e, em conjunto com a Taxa DI, "Remuneração"), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração

(abaixo definida) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento.

DUCESP
11 12 14

4.7.1 A Remuneração deverá ser paga a cada período de 6 (seis) meses a contar da Data de Emissão, nos meses de junho e dezembro, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de junho de 2015 e a última na Data de Vencimento ("Data de Pagamento da Remuneração").

4.7.2 A Remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula matemática:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

J valor unitário da Remuneração devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNe Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, no início de cada Período de Capitalização, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros = Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = (FatorDI \times FatorSpread)$$

Onde:

Fator DI Produtório das Taxas DI da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator DI = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

onde:

k número de ordem das Taxas DI, variando de 1 (um) até n;

DUCESP

n número total de Taxas DI consideradas em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;

TDI_k Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma;

onde:

DI_k Taxa DI de ordem k divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma;

$$\text{FatorSpread} = \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{360}} \right]$$

onde:

spread 2,0000 (dois inteiros);

DP É o número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior e a Data Atual, sendo "DP" um número inteiro;

O fator resultante da expressão $(1 + \text{TDI}_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + \text{TDI}_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão $(\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$ é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

DUCE SP

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada, em sua substituição, na apuração de TDI, a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto no item 4.7.3 e seguintes quanto à definição do novo parâmetro de Remuneração.

4.7.3 No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI, por período superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, será utilizado, em sua substituição, a última Taxa DI divulgada. Nesta hipótese, não caberão, quando da divulgação da Taxa DI que seria utilizada no respectivo cálculo, quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora como por parte dos debenturistas.

4.7.4 Na hipótese de extinção ou impedimento legal de utilização da Taxa DI ou não divulgação por período superior ao previsto no item 4.7.3 acima, será adotada automaticamente a taxa média dos financiamentos diários, com lastro em títulos federais apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia ("Taxa Selic"). No caso de impossibilidade do uso da Taxa Selic, a Emissora, ou, caso esta deixe de fazê-lo no prazo de 5 (cinco) dias corridos da data em que o índice se tornar indisponível, o Agente Fiduciário, deverá convocar assembleia geral de debenturistas ("AGD") (conforme procedimentos da Cláusula 9 abaixo) para deliberação dos Debenturistas, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, de comum acordo com a Emissora, sobre o índice. Caso não haja acordo na AGD sobre a nova Remuneração entre a Emissora e os debenturistas representando 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, as Debêntures em Circulação (como adiante definidas) deverão ser resgatadas na sua totalidade, sendo canceladas, em até 10 (dez) dias corridos após a data de realização da referida AGD, pelo seu Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida, calculados *pro rata temporis* até o dia do efetivo resgate das Debêntures. Nesta hipótese, para cálculo da Remuneração, será utilizada a fórmula do item 4.7.2, sendo que a Taxa DI, a ser utilizada para a apuração de TDI no cálculo da Remuneração, será a última Taxa DI disponível.

4.7.4.1 Considerar-se-ão "Debêntures em Circulação", para os efeitos de fixação de quórum, as Debêntures efetivamente subscritas e integralizadas no âmbito da Oferta, excluídas as Debêntures mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas pela Emissora, de sua controladora e de

DUCESP

administradores da Emissora ou desta controladora.

12.14

4.7.4.2 Caso a Taxa DI ou, na ausência desta, a Taxa Selic, volte a ser divulgada antes da realização da AGD de que trata o item 4.7.4 acima, referida AGD não será realizada e a Taxa DI ou, na ausência desta, a Taxa Selic, a partir de sua divulgação, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, sendo certo que até a data de divulgação da Taxa DI ou, na ausência desta, a Taxa Selic, a última taxa divulgada será utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura.

4.7.5 Para fins de cálculo da Remuneração das Debêntures, define-se "Período de Capitalização" como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, ou na Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, e termina na data do próximo vencimento da Remuneração das Debêntures. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

4.8 Juros e Multa Moratória. Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos em atraso serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, e de multa convencional, irredutível e não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor total devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas de honorários advocatícios na eventualidade de instauração de pleito judicial e de outras incorridas para a referida cobrança.

4.9 Local de Pagamento. Os pagamentos relativos às Debêntures serão efetuados pela Emissora (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; ou, (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente na CETIP, (a) na sede da Emissora; ou (b) conforme o caso, pelo Escriitador Mandatário.

4.10 Decadência dos Direitos aos Acréscimos. Sem prejuízo do disposto no item anterior, o não comparecimento do debenturista para receber o valor colocado à disposição pela Emissora, correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura ou de outra forma comunicadas pela Emissora, não lhe dará o direito a receber qualquer acréscimo no período relativo ao atraso, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.11 Imunidade de Debenturistas. Caso qualquer debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis de antecedência à data prevista





para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de sofrer desconto de seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4.12 Publicidade. Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos debenturistas, serão publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Diário do Comércio de São Paulo, na forma de aviso e quando exigido pela legislação, observado o disposto no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, as limitações impostas pela Instrução CVM nº 476/09 à publicidade de ofertas públicas com esforços restritos de colocação e os prazos legais, devendo a Emissora, em qualquer caso, comunicar o Agente Fiduciário e a CETIP a respeito de qualquer publicação na data da sua realização. Tais publicações devem ser divulgadas também na página da Emissora na rede mundial de computadores (www.rededor.com.br). Caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo.

5. AMORTIZAÇÃO PROGRAMADA, AQUISIÇÃO FACULTATIVA, RESGATE ANTECIPADO E REPACTUAÇÃO

5.1 Amortização Programada. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 4 (quatro) parcelas anuais e consecutivas, ao final do 24º (vigésimo quarto) mês, inclusive, contados da Data de Emissão, sendo a primeira parcela devida em 15 de dezembro de 2016 e a última na Data de Vencimento, observado que, caso qualquer data prevista para pagamento não seja Dia Útil, a parcela em questão será devida no primeiro Dia Útil subsequente ("Amortização Programada"):

Datas de Amortização do Principal; Percentuais de Amortização do Valor Nominal Unitário ("VNU")	
Data	% do VNU
15/12/2016	25,0000%
15/12/2017	25,0000%
15/12/2018	25,0000%
15/12/2019	SALDO

5.2 Aquisição Facultativa. A Emissora poderá, a qualquer tempo, observado o disposto no artigo 13 da Instrução CVM nº 476/09, adquirir no mercado Debêntures em Circulação, de acordo com as regras estabelecidas pela CVM, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações contábeis, observado o disposto no artigo 55, §2º, da Lei nº 6.404/76. Referidas Debêntures poderão então (i) ser canceladas, (ii) permanecer em tesouraria da Emissora; ou (iii) ser



novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos deste item, se, a, quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures em Circulação.

5.3 Amortização Antecipada Facultativa ou Resgate Antecipado Facultativo Total. A Emissora poderá realizar, a qualquer tempo, (i) a amortização antecipada, em valor igual ou inferior a 90% (noventa por cento) do Saldo Devedor da totalidade das Debêntures ("Amortização Antecipada Facultativa"); ou (ii) o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo Total"), por meio de envio de comunicação individual à totalidade dos Debenturistas, com cópia para o Agente Fiduciário e para a CETIP, ou mediante publicação de comunicado aos Debenturistas, nos termos da cláusula 4.12 acima, com 5 (cinco) Dias Úteis de antecedência, informando (i) a data pretendida para a realização da Amortização Antecipada Facultativa ou do Resgate Antecipado Facultativo Total; (ii) o percentual de amortização; e (iii) qualquer outra informação relevante aos Debenturistas.

5.3.1 A Amortização Antecipada Facultativa ou o Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures pela Emissora será realizado mediante o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido (i) da Remuneração devida *pro rata temporis* até a data do pagamento da Amortização Antecipada Facultativa ou do Resgate Antecipado Facultativo Total; e (ii) de prêmio de pré-pagamento, incidente sobre o Valor Nominal Unitário/Saldo do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, estabelecido conforme a tabela abaixo:

Anos, a contar da Data de Emissão da Debêntures	Prêmio
ENTRE 16/12/2014 e 15/12/2015	1,25%
ENTRE 16/12/2015 e 15/12/2016	1,10%
ENTRE 16/12/2016 e 15/12/2017	0,90%
ENTRE 16/12/2017 e 15/12/2018	0,50%
ENTRE 16/12/2018 e 14/12/2019	0,20%

5.3.2 A data da Amortização Antecipada Facultativa ou do Resgate Antecipado Facultativo Total deverá, obrigatoriamente, ser um Dia Útil.

DUCESP
DEBENTURAS

5.3.3 Adicionalmente, a comunicação de Amortização Antecipada Facultativa ou de Resgate Antecipado Facultativo Total deverá ser enviada ao Banco Liquidante e à CETIP, com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da data de Amortização Antecipada Facultativa ou de Resgate Antecipado Facultativo Total.

5.3.4. O pagamento das Debêntures amortizadas ou resgatadas será feito por meio dos procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP e, nas demais hipóteses, por meio do Escriturador Mandatário.

5.3.5 Os valores relativos ao prêmio de Amortização Antecipada Facultativa ou de Regate Antecipado Facultativo serão devidos aos respectivos Debenturistas e serão pagos simultaneamente ao pagamento da Amortização Antecipada Facultativa ou do Regate Antecipado Facultativo.

5.3.6 As Debêntures resgatadas pela Emissora nos termos aqui previstos deverão ser canceladas pela Emissora, observada a regulamentação em vigor.

5.4 Repactuação. Não haverá repactuação das Debêntures.

6. VENCIMENTO ANTECIPADO

6.1 Vencimento Antecipado. Observado o disposto no Item 6.1.2 abaixo, na hipótese de ocorrerem quaisquer dos eventos indicados a seguir, poderão tornar-se antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura e exigível da Emissora o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração e encargos moratórios até a data do efetivo pagamento:

- i) não pagamento pela Emissora de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures ou estabelecida na presente Escritura, se não sanado no prazo de 1 (um) Dia Útil contado da Data de Vencimento;
- ii) inadimplemento pela Emissora de qualquer obrigação não pecuniária prevista na presente Escritura, se não sanado no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados da data em que a obrigação tornou-se exigível, ou, na inexistência de prazo, da notificação formulada pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos debenturistas;
- iii) caso a Emissora peticione pedido de recuperação judicial ou promova a recuperação extrajudicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz

DUCEAP

competente, ou requere a autofalência ou a tenha requerida por terceiros, sendo que neste último caso o pedido de falência não tenha sido elidido dentro dos prazos legais, ou, ainda, tenha-se iniciado qualquer outro procedimento criado pela lei, similar àqueles aqui descritos e não elidido dentro dos prazos legais;

- iv) se houver a incorporação, fusão, cisão, total ou parcial da Emissora, nos termos do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações, em que haja troca do controle societário final da Emissora, ou, ainda, em caso de extinção, dissolução, liquidação e incorporação de ações em que haja troca do controle societário final da Emissora, exceto se previamente aprovada pelos debenturistas reunidos em assembleia geral específica, cujo quórum de aprovação será de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação;
- v) utilização dos recursos obtidos por meio desta Emissão para fins outros que não aqueles expressamente mencionados no item 3.7 acima;
- vi) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações e licenças, inclusive as ambientais, ou qualquer outro ato cujo término, por qualquer motivo, que possa afetar de forma materialmente adversa a capacidade da Emissora de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura;
- vii) reorganização societária ou venda de participação societária ou qualquer alteração que acarrete transferência do controle societário, direto e/ou indireto, da Emissora, para terceiro que não pertença ao grupo econômico da Emissora, ou que não sejam descendentes em linha reta dos controladores da Emissora, exceto se houver aprovação prévia pelos debenturistas reunidos em assembleia geral específica, cujo quórum de aprovação será de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação;
- viii) comprovação de que qualquer das declarações prestadas pela Emissora (a) nesta Escritura; ou (b) no Contrato de Distribuição; (em conjunto, os "Documentos da Emissão") são falsas ou enganosas em qualquer aspecto relevante;
- ix) não pagamento de qualquer dívida financeira da Emissora em montante igual ou superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), não sanado no prazo previsto para cura da obrigação inadimplida no respectivo instrumento;

ANEXO

- x) a Emissora deixar de observar e manter os seguintes índices financeiros ("Índices Financeiros"), a partir da Data de Emissão, a serem verificados semestralmente, observada a data-base de 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, quando divulgado balanço consolidado e auditado da Emissora, iniciando-se com a divulgação das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em dezembro de 2014, observado (A) que os Índices Financeiros devem ser calculados com base em referidos balanços consolidados e auditados da Emissora, acrescidos do balanço dos últimos 6 (seis) meses de qualquer empresa em que a Emissora tenha adquirido participação no período de referência do balanço da Emissora, sendo que tal acréscimo será realizado proporcionalmente à participação detida pela Emissora, se esta for igual ou inferior a 50% (cinquenta por cento) e não assegurar o controle societário, ou integralmente, se a participação for superior a 50% (cinquenta por cento) ou se de outra forma assegurar o controle societário; e (B) que os cálculos dos Índices Financeiros deverão ser auditados, assinados e divulgados por auditoria independente responsável pela auditoria da Emissora, por meio de relatório específico de apuração dos Índices Financeiros, semestralmente, que será entregue ao Agente Fiduciário juntamente com o envio de cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas completas relativas ao exercício social então encerrado, de acordo com o inciso II da cláusula 7.1 abaixo:

- a) razão entre Dívida Líquida da Emissora e seu EBITDA: (1) no ano de 2014, igual ou inferior a 3,5; e (2) de 2015 em diante, igual ou inferior a 3,0;
- b) razão entre o EBITDA da Emissora, e a Despesa Financeira Líquida, excluídas as Debêntures Conversíveis, igual ou superior a 1,8 (um inteiro e oito décimos);
- c) considerar-se-ão, para os fins deste subitem (c), as seguintes definições:

1) "Dívida Líquida da Emissora" corresponde ao somatório dos mútuos passivos e das dívidas onerosas da Emissora, junto a pessoas físicas ou jurídicas, incluindo empréstimos e financiamento com terceiros, emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, no mercado de capitais local e/ou internacional, além de avais, fianças, penhores ou garantias prestadas pela Emissora, menos o somatório das

DEFINIÇÕES

disponibilidades (caixa e aplicações financeiras) e dos mútuos ativos da Emissora (excluídos parcelamentos de impostos e debêntures conversíveis) em 1º de abril e 30 de novembro de 2010, no valor total de R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais) ("Debêntures Conversíveis");

2) "Despesa Financeira Líquida" corresponde ao saldo da diferença entre a receita financeira bruta e a despesa financeira bruta da Emissora, incluindo mútuos passivos e ativos e excluindo juros sobre capital próprio e parcelamentos de impostos, conforme constantes das demonstrações de resultado da Emissora (excluídas Debêntures Conversíveis); no caso de aquisição de participação societária, a Despesa Financeira Líquida será ajustada adicionando-se os últimos 12 (doze) meses da empresa em que a Emissora tenha adquirido participação, sendo que o acréscimo será realizado proporcionalmente à participação detida pela Emissora, se esta for igual ou inferior a 50% (cinquenta por cento) e não assegurar o controle societário, ou integralmente, se superior a 50% (cinquenta por cento) ou se de outra forma assegurar o controle societário dessa empresa;

3) "EBITDA" significa o somatório (A) do lucro operacional anual, antes de deduzidos os impostos, tributos, contribuições, participações e Despesa Financeira Líquida; (B) da depreciação e amortização consolidadas, ocorridas no mesmo período; e (C) das outras receitas (ou despesas) operacionais consolidadas, ocorridas no mesmo período. No caso de aquisição de participação societária, o EBITDA será ajustado adicionando-se os últimos 12 (doze) meses da empresa em que a Emissora tenha adquirido participação, sendo que o acréscimo será realizado proporcionalmente à participação detida pela Emissora, se esta for igual ou inferior a 50% (cinquenta por cento) e não assegurar o controle societário, ou integralmente, se superior a 50% (cinquenta por cento) ou se de outra forma assegurar o controle societário; e

- xi) mudança ou alteração do objeto social da Emissora de forma a alterar suas atividades principais;
- xii) ocorrência de quaisquer das hipóteses mencionadas nos artigos 333 e 1.425 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil"), não sanadas no prazo previsto para cura da obrigação inadimplida,

conforme estabelecido na presente Escritura;

- xiii) descumprimento, pela Emissora, de uma ou mais sentenças arbitrais definitivas ou judiciais transitadas em julgado em face da Emissora em valor igual ou superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais);
- xiv) arresto, sequestro ou penhora de bens da Emissora em montante, individual ou agregado, superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), sem que a Emissora tenha apresentado defesa no prazo legal, e desde que não haja decisão suspendendo os efeitos da medida questionada; e
- xv) redução do capital social da Emissora, exceto na hipótese prevista no item iv da cláusula 7.1, sem aprovação prévia de debenturistas reunidos em assembleia específica de que trate o artigo 174, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, cujo quórum de aprovação será de, no mínimo, a metade mais um das Debêntures em Circulação;
- xvi) transformação do tipo societário da Emissora; e
- xvii) invalidade, nulidade ou inexecutibilidade desta Escritura declaradas em sentença arbitral ou judicial irreversível.

6.1.1 Vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá, imediatamente após sua ciência, enviar carta protocolada, ou com "aviso de recebimento" expedido pelo Correio, a esse respeito (i) à Emissora, com cópia para CETIP, e (ii) ao Banco Liquidante.

6.1.2 Na hipótese de ocorrer quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (i), (iii), (ix), (xii) (xiii) e (xvi) do item 6.1 acima que não sejam sanados nos respectivos prazos de cura, quando aplicável, haverá o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer notificação prévia à Emissora ou consulta aos debenturistas.

6.1.3 Exceto nos casos de observância dos prazos de cura, quando aplicáveis, na ocorrência dos eventos previstos nas demais alíneas do item 6.1 acima, o Agente Fiduciário deverá publicar a convocação da AGD, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis a contar do momento em que tomar ciência do evento ou for assim informado por quaisquer dos debenturistas, para deliberar sobre a eventual não-decretação de vencimento antecipado das Debêntures. A AGD a que se refere este item deverá ser realizada no prazo legal. Caso os debenturistas não deliberem pela não-decretação de

vencimento antecipado das Debêntures, o Agente Fiduciário declarará o vencimento antecipado mediante comunicação enviada à Emissora nos termos do item 6.1.6 abaixo.

6.1.3.1. Com relação às hipóteses de vencimento antecipado previstas nos itens "iv" e "vii" acima, caso a hipótese em questão seja verificada não obstante a não aprovação da operação pretendida na AGD prévia respectiva, o vencimento das Debêntures será automático, na forma da cláusula 6.1.2 acima.

6.1.4 Na AGD mencionada no item 6.1.3 acima, que será instalada observado o quórum previsto na Cláusula 9 desta Escritura, os debenturistas poderão optar, caso a AGD seja instalada em primeira convocação, por deliberação de debenturistas que representem 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures. Caso a AGD seja instalada somente em segunda convocação, o quórum de aprovação para não declaração do vencimento antecipado das Debêntures passará a ser o da maioria dos debenturistas presentes.

6.1.5 Independentemente do disposto no item 6.1.4 acima, a não instalação da referida AGD por falta de quórum, verificada após a primeira e a segunda convocação, deverá ser interpretada pelo Agente Fiduciário como uma opção dos debenturistas em declarar antecipadamente vencidas as Debêntures de que são titulares.

6.1.6 Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures pelo Agente Fiduciário, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis*, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, na data do efetivo pagamento, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que for declarado o vencimento antecipado, mediante comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora por meio de carta protocolada no endereço constante da Cláusula 9 desta Escritura, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item 4.8 acima.

6.1.6.1 A Emissora, juntamente com o Agente Fiduciário, deverá comunicar a CETIP sobre o pagamento de que trata o item 6.1.6 acima, com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

7. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

7.1 Sem prejuízo de outras obrigações assumidas em virtude de lei ou conforme esta Escritura, a Emissora está adicionalmente obrigada a:

- i) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:

DUCER

17 12 16

- a) qualquer informação relacionada com a presente Emissão que venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário de forma justificada, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, contados data da solicitação; e
 - b) informações a respeito da ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado previstas no item 6.1 desta Escritura, em até 1 (um) Dia Útil da data em que tomar ciência de sua ocorrência;
- ii) apresentar ao Agente Fiduciário no prazo de 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas completas relativas ao exercício social então encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, bem como o relatório específico de apuração dos Índices Financeiros, elaborado pelos auditores independentes contratados pela Emissora, contendo a memória de cálculo com todas as rubricas necessárias que demonstre o cumprimento do Índice Financeiro, sob pena de impossibilidade de acompanhamento do referido Índice Financeiro pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora e/ou aos auditores independentes da Emissora os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários, e declaração assinada pelo(s) diretor(es) da Emissora, na forma do seu estatuto social, atestando: (a) que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura de Emissão; (b) não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas e o Agente Fiduciário; e (c) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social;
- iii) notificar em até 3 (três) Dias Úteis o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial nas condições (financeiras ou não) ou nos negócios da Emissora que possa impossibilitar ou dificultar, de forma relevante, o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes dos Documentos da Emissão, fato este que deverá ser comunicado em até 3 (três) Dias Úteis ao Agente Fiduciário;
- iv) não reduzir seu capital social, exceto para absorção de prejuízos contábeis ou em decorrência da necessidade de adequação das demonstrações financeiras da Emissora e futuras normas contábeis, caso em que não será necessária a aprovação prévia pelos debenturistas;
- v) não realizar operações fora de seu objeto social e não efetuar qualquer alteração na natureza de seus negócios, de forma a alterar suas atividades principais, enquanto ainda houver Debêntures em Circulação;

DEBENTURAS

- vi) não praticar qualquer ato em desacordo com seu Estatuto Social ou com os Documentos da Emissão;
- vii) convocar AGD para deliberar sobre qualquer matéria que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, nos termos da Cláusula 9 desta Escritura, caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da presente Escritura, mas não o faça;
- viii) manter em adequado funcionamento serviço de atendimento aos debenturistas para assegurar-lhes tratamento eficiente;
- ix) cumprir, quando aplicável, todas as determinações da CVM, enviando documentos exigidos por todas as leis e regulamentos aplicáveis e prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- x) proceder à adequada publicidade de suas informações econômico-financeiras, nos termos da Lei das Sociedades por Ações;
- xi) manter sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis usualmente aceitos no Brasil;
- xii) publicar informações referentes à Emissão, à Emissora ou às Debêntures, conforme o caso, de acordo com o disposto na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando, ao disposto na Instrução CVM nº 476/09;
- xiii) obter, se for o caso, e manter válidas e regulares as licenças ou aprovações relevantes pertinentes às suas atividades, exceto no que se referir a licenças ou aprovações cuja perda, revogação, cancelamento ou não obtenção não possa resultar em impacto adverso relevante para as atividades da Emissora ou para sua capacidade de honrar as obrigações relativas às Debêntures;
- xiv) arcar com todos os custos (a) decorrentes da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (b) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora; e (c) de contratação do Agente Fiduciário e do Banco Liquidante;
- xv) manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário durante o prazo de vigência das Debêntures;
- xvi) contratar e manter contratados, às suas expensas, enquanto vigorar esta

DEBENTURAS

Emissão, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura, principalmente, mas sem se limitar, b Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário, a CETIP e o Agente Fiduciário;

- xvii) efetuar o pagamento de todas as despesas incorridas pelo Agente Fiduciário, em até 10 (dez) dias úteis a contar do envio pelo Agente Fiduciário de cópia dos respectivos comprovantes de despesas, que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida ao debenturista nos termos desta Escritura, desde o início da vigência da Emissão até o vencimento final das Debêntures, inclusive em caso de cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora, sendo certo que as despesas que ultrapassem o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) dependerão, sempre que possível, de aprovação prévia da Emissora. O Agente Fiduciário fica desde já ciente e concorda com o risco de não ter tais despesas reembolsadas caso não tenham sido previamente aprovadas e realizadas em discordância com (i) critérios de bom senso e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero, e (ii) a função fiduciária que lhe é inerente;
- xviii) indenizar e/ou reembolsar, conforme o caso, os debenturistas, na hipótese de lhes serem imputadas responsabilidades de qualquer natureza por terceiros, pelo judiciário e/ou por quaisquer órgãos de fiscalização e controle brasileiros, em razão de atos, omissões e fatos imputados à Emissora;
- xix) cumprir, em todos os aspectos materiais, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis às atividades por ela realizadas no território brasileiro; e
- xx) sem prejuízo de outras obrigações expressamente previstas na legislação e na regulamentação aplicáveis, a Emissora obriga-se a, nos termos da Instrução CVM nº 476/09:
 - a) preparar suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
 - b) submeter suas demonstrações financeiras à auditoria por auditor registrado na CVM;
 - c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer de auditores independentes, em sua página na

rede mundial de computadores, no prazo máximo de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;

- d) manter os documentos mencionados na alínea "c" acima em sua página na rede mundial de computadores por um prazo de 3 (três) anos;
- e) observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM nº 358/02"), no que se refere a dever de sigilo e vedações à negociação;
- f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de qualquer Fato Relevante, conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM nº 358/02, e comunicar a ocorrência de tal Fato Relevante imediatamente ao Coordenador e ao Agente Fiduciário; e
- g) fornecer todas as informações solicitadas pela CVM.

8. AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1 A Emissora neste ato nomeia a **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS** acima qualificada, como Agente Fiduciário desta Emissão, que expressamente aceita a nomeação e assina a presente Escritura na qualidade de representante da comunhão dos debenturistas.

8.2 O Agente Fiduciário, nomeado pela presente Escritura, declara:

- i) sob as penas de lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;
- ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- iii) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- iv) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesses previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM nº 28/83");
- v) aceitar a obrigação de acompanhar a ocorrência das hipóteses de vencimento antecipado, descritas no item 6.1 desta Escritura;

DUCSP

- vi) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido atendidos todos os requisitos legais e estatutários para tanto;
- vii) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- viii) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- ix) estar ciente das disposições da Circular nº 1.832 do Banco Central do Brasil, de 31 de outubro de 1990, conforme alterada;
- x) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- xi) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- xii) ter verificado, no momento que aceitou a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, na Data de Emissão, baseado nas informações aqui prestadas pela Emissora, sendo certo que o Agente Fiduciário não conduziu nenhum procedimento de verificação independente da veracidade das informações ora apresentadas, com o que os Debenturistas ao subscreverem ou adquirirem as Debêntures declaram-se cientes e de acordo; e
- xiii) com base no organograma encaminhado pela Emissora, atua como agente fiduciário nas seguintes emissões, na forma prevista na Instrução CVM nº 28/83, assegurando tratamento equitativo a todos os debenturistas: (i) primeira emissão de debêntures não conversíveis em ações, com garantia real da Emissora, com vencimento em 20 de abril de 2020, em que foram emitidas 100 (cem) debêntures, em 20 de abril de 2011, no valor total de R\$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais) ("1ª Emissão de Debêntures da Emissora"). Até a presente data ocorreu apenas evento de amortização, não sendo verificado qualquer evento de resgate, conversão, repactuação e inadimplemento em relação à 1ª Emissão de Debêntures da Emissora. Na 1ª Emissão de Debêntures da Emissora, foi constituída (a) pelos acionistas Jorge Neval Moll Filho e



QUINTE

Alice Junqueira Moll, alienação fiduciária de ações representando 12,8% (doze vírgula oito por cento) do capital social da Emissora e (b) cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes de contratos de prestação de serviços médicos, cedidos pela Emissora, no percentual e condições previstas no contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios e na respectiva escritura de emissão; (ii) primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional da Medise Medicina Diagnóstico e Serviços S.A. ("Medise"), com vencimento em 10 de dezembro de 2018, em que foram emitidas 100 (cem) debêntures, em 12 de dezembro de 2011, no valor total de 100.000.000,00 (cem milhões de reais) ("Emissão de Debêntures da Medise"). Até a presente data ocorreu apenas evento de amortização, não sendo verificado qualquer evento de resgate, conversão, repactuação e inadimplemento em relação à Emissão de Debêntures da Medise. Na data da Emissão de Debêntures da Medise foi constituída (a) cessão fiduciária de direitos creditórios de contratos de prestação de serviços efetuados pela Medise e dos direitos creditórios de titularidade da Medise contra quaisquer instituições financeira em que sejam mantidas contas bancárias pelas quais transitam ou e que sejam depositados quaisquer recursos decorrentes do pagamento dos contratos cedidos, devendo o fluxo de pagamentos dos contratos cedidos representar 10% (dez por cento) do saldo devedor em aberto das debêntures, e (b) garantia fidejussória constituída pela Emissora; (iii) quarta emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Emissora, com vencimento em 10 de agosto de 2021, em que foram emitidas 80.000 (oitenta mil) debêntures, em 10 de agosto de 2012, no valor total de R\$800.000.000,00 (oitocentos milhões de reais) ("4ª Emissão de Debêntures da Emissora"). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento em relação à 4ª Emissão de Debêntures da Emissora. Na data da 4ª Emissão de Debêntures da Emissora, foi constituída (a) pelos acionistas Jorge Neval Moll Filho e Alice Junqueira Moll, alienação fiduciária de ações representando 12,8% (doze vírgula oito por cento) do capital social da Emissora e (b) cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes de contratos de prestação de serviços médicos, cedidos pela Emissora, no percentual e condições previstas no contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios e na respectiva escritura de emissão; (iv) quinta emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfica, para distribuição pública com esforços restritos, da Emissora, com vencimento em 10 de dezembro de 2018, em que foram

DUCESP

emitidas [10.000 (dez mil) debêntures, em 10 de dezembro de 2013, no valor total de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais)] ("5ª Emissão de Debêntures da Emissora"). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento em relação à 5ª Emissão de Debêntures da Emissora. Na data da 5ª Emissão de Debêntures da Emissora, as debêntures não possuíam garantias; (v) primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real e garantia fidejussória adicional, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, do Hospital Esperança S.A. (sucessor legal da L.E Participações Societárias S.A., com vencimento em 15 de outubro de 2021, em que foram emitidas 200 (duzentas) debêntures, em 15 de outubro de 2012, no valor total de R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) ("1ª Emissão de Debêntures Hospital Esperança"). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento em relação à 1ª Emissão de Debêntures Hospital Esperança. Na data da 1ª Emissão de Debêntures Hospital Esperança, foi constituída (a) pelos acionistas Jorge Neval Moll Filho e Alice Junqueira Moll, alienação fiduciária de ações representando 3,2% (três vírgula dois por cento) do capital social do Hospital Esperança S.A., (b) cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes de contratos de prestação de serviços médicos, cedidos pelo Hospital Esperança S.A., no percentual e condições previstas no contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios e na respectiva escritura de emissão, e (c) fiança prestada pela Rede D'Or São Luiz S.A.; e (vi) segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real e garantia fidejussória adicional, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, do Hospital Esperança S.A., com vencimento em 10 de dezembro de 2018, em que foram emitidas 100 (cem) debêntures, no valor total de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) ("2ª Emissão de Debêntures Hospital Esperança"). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento em relação à 2ª Emissão de Debêntures Hospital Esperança. Foi constituída (a) cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes de contratos de prestação de serviços médicos, cedidos pelo Hospital Esperança S.A., no percentual e condições previstas no contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios e na respectiva escritura de emissão; e (b) fiança prestada pela Rede D'Or São Luiz S.A.

8.2.1 O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções a partir da data da assinatura desta Escritura, ou do aditamento relativo à sua substituição, devendo



permanecer no exercício de suas funções até a posse do seu sucessor e/ou pagamento integral das obrigações pecuniárias relativas às Debêntures objeto da presente Emissão.

8.3 O Agente Fiduciário, ou seu eventual substituto, receberá da Emissora, pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, a seguinte remuneração: parcelas anuais de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), sendo o primeiro pagamento devido até o 10º (décimo) Dia Útil após a data de assinatura da presente Escritura, e os seguintes no mesmo dia dos anos subsequentes.

8.3.1 As parcelas referentes e os pagamentos citados no item 8.3, serão reajustados anualmente pela variação acumulada do IGP-M/FGV ou, na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, calculadas *pro rata die*, se necessário.

8.3.2 Em caso de mora no pagamento da remuneração prevista no item 8.3, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

8.3.3 As parcelas supra citadas serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (Imposto de Renda) e o CSLL (Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido), na alíquota vigente na data de pagamento.

8.3.4 O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito em conta-corrente por ele indicada previamente à Emissora, por escrito.

8.4 A Emissora compromete-se a, observado o disposto na cláusula 7.1, alínea xvii da presente Escritura, efetuar, desde que, sempre que possível, previamente aprovadas, o pagamento de todas as despesas solicitadas e comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos, sendo que o crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha incorrido para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas, que não tenha sido saldado na forma deste item, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento. As despesas a que se refere este item compreenderão, inclusive, as seguintes despesas relacionadas com:

- i) publicação de relatórios, avisos e notificações conforme previstos nesta

Escritura, e outras exigidas, ou que vierem a ser exigidas, por lei e regulamentos aplicáveis;

- ii) extração de certidões;
- iii) fotocópias, digitalizações, envio de documentos;
- iv) custos incorridos em contatos telefônicos relacionados à emissão;
- v) despesas com viagens, incluindo custos com transporte, hospedagem e alimentação, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- vi) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas.

8.5 No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios, depósitos, custas, e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele intentadas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportados pelos debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar a garantia prévia dos debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

8.6 A remuneração prevista nesta cláusula será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora, remuneração essa que será calculada proporcionalmente aos meses de atuação do Agente Fiduciário.

8.7 Nas hipóteses de renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência do Agente Fiduciário ou qualquer outro caso de vacância de seu cargo, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados do evento que a determinar, AGD para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por

debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese de a convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias corridos antes do término final do prazo acima mencionado, caberá à Emissora efetua-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha de novo agente fiduciário.

8.8 Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as funções por circunstâncias supervenientes, deverá comunicar imediatamente o fato à Emissora, pedindo sua substituição.

8.8.1 Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Pagamento da Remuneração até a data da efetiva substituição, à Emissora. Este valor a ser pago em caso de substituição do Agente Fiduciário será atualizado a partir da data do efetivo recebimento da remuneração, pela variação do IGP-M, apurado pela FGV.

8.8.2 É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em assembleia especialmente convocada para esse fim.

8.8.3 A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e a sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM nº 28/83.

8.8.4 A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura, devendo ser averbado na JUCESP.

8.8.5 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas editadas pela CVM.

8.9 Constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário, além de outros previstos em lei ou em regulamento editado pela CVM:

- i) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- ii) responsabilizar-se integralmente pelos serviços prestados pelo Agente Fiduciário, nos termos da legislação vigente;

- iii) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função a ~~o~~ ~~cuidado~~ ~~é~~ diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- iv) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- v) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados ao desempenho de suas funções;
- vi) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, com base nos documentos fornecidos pela Emissora, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- vii) promover às expensas da Emissora, nos órgãos competentes, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e dos seus respectivos aditamentos, se houver, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora, exclusivamente na hipótese de não regularização da obrigação em questão, pela Emissora, no prazo de cura previsto na alínea "b" da cláusula 6.1 desta Escritura;
- viii) acompanhar semestralmente o cumprimento dos índices financeiros previstos no item 6.1(x) desta Escritura, com base nos cálculos devidamente elaborados pela auditoria independente contratada pela Emissora (para fins de verificação, o relatório a ser encaminhado pela Emissora ao Agente Fiduciário deverá apresentar memória de cálculo compreendendo as contas abertas de todas as rubricas necessárias para a obtenção final de tais índices financeiros, atestando a sua efetiva legalidade, legitimidade, exigibilidade, validade, ausência de vícios, suficiência de informações e veracidade, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários);
- ix) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações, de que tenha conhecimento;

DEBENTURES

- x) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- xi) solicitar, quando julgar necessário para o desempenho de suas funções, mediante apresentação de justificativa por escrito à Emissora, ou se assim solicitado por qualquer dos debenturistas, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas de Trabalho, Procuradoria da Fazenda Pública, bem como de outros órgãos e entes públicos, do local onde se situa a sede da Emissora e/ou onde desenvolve suas atividades;
- xii) solicitar, quando considerar necessário e de forma justificada, auditoria extraordinária na Emissora;
- xiii) convocar, quando necessário, a AGD, através de anúncio publicado, pelo menos por 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa por meio dos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, respeitados os procedimentos legais de publicação e aqueles mencionados nesta Escritura;
- xiv) comparecer à AGD a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- xv) elaborar relatório anual destinado aos debenturistas, nos termos do artigo 68, § 1º, "b", da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as informações abaixo. Para tanto, a Emissora obriga-se desde já a informar e enviar todos os dados financeiros, atos societários e demais informações necessários à realização do relatório aqui citado, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, inclusive o organograma do grupo societário da Emissora, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias corridos antes do encerramento do prazo para disponibilização na CVM, bem como as demonstrações financeiras auditadas da Emissora, que deverão ser devidamente encaminhadas pela Emissora até o prazo máximo de 10 (dez) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do relatório. O referido organograma deverá conter, inclusive, controladores, controladas, controle comum, coligadas, e integrante de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social:
 - a) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o

atraso ou a não divulgação de informações obrigatórias pela Emissora;

- b) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período e que tenham correlação direta com as Debêntures;
 - c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
 - d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - e) resgate, amortização, e/ou pagamento de juros das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos dos diretores da Emissora;
 - g) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora na Escritura;
 - h) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e
 - i) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM nº 28/83;
- xvi) colocar o relatório de que trata a alínea (xv) acima à disposição dos debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- a) na sede da Emissora;
 - b) no escritório principal do Agente Fiduciário;

DUCESP

- c) na CETIP; 17 12 14
- d) na CVM; e
- e) na sede do Coordenador Líder;
- xvii) publicar, nos órgãos da imprensa em que a Emissora deve efetuar suas publicações, respeitadas as outras regras relacionadas à publicação constantes desta Escritura, e às expensas da Emissora, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea anterior;
- xviii) manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Mandatário, à Instituição Depositária e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora e os Debenturistas, assim que subscrever, integralizar ou adquirir as Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário;
- xix) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;
- xx) notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, da data em que tomar ciência, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas nesta Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos; essa comunicação deverá, também, ser enviada à CVM e à CETIP;
- xxi) a notificação de que trata a alínea anterior, sem prejuízo dos procedimentos judiciais próprios, far-se-á por fac-símile (sendo o respectivo comprovante de transmissão prova suficiente de que a pessoa cujo número de fac-símile coincida com o do aparelho receptor recebeu tal notificação), e discriminará as providências judiciais e extrajudiciais que o Agente Fiduciário tenha tomado para acautelar e proteger os interesses da comunhão dos debenturistas;
- xxii) disponibilizar, diariamente, o Valor Unitário de cada Debênture, calculado pela Emissora, aos debenturistas e aos participantes do

mercado, através da central de atendimento do Agente Fiduciário; e

xxiii) o Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a Emissora ou terceiros coobrigados, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas e da realização de seus créditos, podendo em caso de inadimplemento da Emissora, e desde que aprovado pelos debenturistas, reunidos em assembleia especialmente convocada para esse fim, nos termos da Cláusula 9 desta Escritura:

- a) declarar, nos casos previstos nesta Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures, e cobrar seu principal e Remuneração;
- b) representar os debenturistas em processos de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, insolvência, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora;
- c) tomar qualquer providência necessária para que os debenturistas realizem seus créditos; e
- d) requerer a falência da companhia emissora, conforme previsto no artigo 13, inciso III, da ICM 28/83.

8.10 Nos termos do artigo 68, §4º da Lei das Sociedades por Ações, o Agente Fiduciário responde perante os debenturistas pelos prejuízos que lhes causar por culpa ou dolo no exercício de suas funções.

8.10.1 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas "a", "c" e "d" do subitem (xxiii) da cláusula 8.9 acima se, convocada AGD para esse fim, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em Circulação, sendo certo, que na hipótese prevista na alínea "b" do subitem (xxiii) da cláusula 8.9 acima que será suficiente a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação.

8.11 O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela Emissora ou por terceiros a seu pedido, para se basear nas suas decisões. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração destes documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

DEBENTURAS

8.12 O Agente Fiduciário não será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes de qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações desta Escritura e dos demais documentos da operação.

8.13 Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos debenturistas reunidos em assembleia geral.

8.14 O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução nº 28 da CVM, conforme alterada e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

9. ASSEMBLEIA DOS DEBENTURISTAS

9.1 Os titulares das Debêntures desta Emissão poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia especial, a fim de deliberarem sobre a matéria de interesse da comunhão dos debenturistas.

9.2 A AGD poderá ser convocada (i) pelo Agente Fiduciário; (ii) pela Emissora; (iii) por debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação; ou, ainda, (iv) pela CVM.

9.3 Aplica-se à AGD, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, sobre a assembleia geral de acionistas, nos termos do artigo 71, § 2º, da Lei das Sociedades por Ações.

9.4 A AGD se instalará, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação, e,

em segunda convocação, com qualquer número, nos termos do artigo 71, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações. A presidência da AGD caberá a debenturista eleito pelos então presentes.

9.4.1 A convocação da AGD se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora costuma efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

9.4.2 A AGD deverá ser realizada no prazo de 8 (oito) dias, contados da publicação do edital de convocação ou, caso não se verifique quorum para realização da AGD, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da nova publicação do edital de convocação.

9.5 Nas deliberações da AGD, a cada Debênture será atribuído um voto, admitida a presença de mandatários, sejam eles próprios debenturistas ou não.

9.6 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora em AGD, exceto quando formalmente solicitado pelo Agente Fiduciário e/ou pelos Debenturistas.

9.7 O Agente Fiduciário deverá comparecer à AGD e prestar aos debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

9.9 Exceto se de outra forma estabelecida nesta Escritura, as deliberações serão tomadas por debenturistas que representem pelo menos a maioria absoluta das Debêntures em Circulação, observado que alterações relacionadas (i) à Remuneração das Debêntures, (ii) à Data de Pagamento da Remuneração, (iii) ao prazo de vencimento das Debêntures, (iv) aos valores e datas de amortização do principal das Debêntures, (v) às hipóteses de vencimento antecipado estabelecidas no item 6.1 acima, incluindo, mas não se limitando aos Índices Financeiros; (vi) à alteração dos quóruns de deliberação previstos nesta Cláusula 9; e/ou (vii) às alterações nos procedimentos aplicáveis às AGDs, estabelecidas nesta Cláusula 9, dependerão da aprovação por debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, observado que em qualquer caso de alteração das características das Debêntures, incluindo, mas não se limitando às alíneas (i) a (v) desta cláusula, haverá a necessidade de aprovação da Emissora.

9.10 As decisões dos debenturistas tomadas em observância ao disposto no item 9.9 acima serão soberanas para todos os fins de direito, relativamente a todos os termos e condições desta Escritura. Exceto se especificamente mencionado de outra

forma nesta Escritura, qualquer alteração aos termos das Debêntures deverá ser aprovada pelos debenturistas reunidos em assembleia, e um aditamento a esta Escritura deverá ser firmado entre a Emissora e o Agente Fiduciário, observado que em qualquer caso de alteração das características das Debêntures haverá a necessidade de aprovação da Emissora. Qualquer aditamento a esta Escritura deverá ser registrado na JUCESP.

9.11 As deliberações tomadas pelos Debenturistas em assembleias gerais no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns nesta Escritura de Emissão, vincularão a Emissora e obrigarão todos os titulares de Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à assembleia geral ou do voto proferido nas respectivas assembleias gerais.

10. RENÚNCIA

10.1 Não se presume renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora.

11. AUTONOMIA DAS DISPOSIÇÕES

11.1 A invalidação, ilegalidade ou anulação, no todo ou em parte, de quaisquer das disposições desta Escritura não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação, ilegalidade ou anulabilidade de qualquer das disposições desta Escritura, por meio de deliberação tomada em AGD, as partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida, nula, ou anulável a inclusão, nesta Escritura, de termos e condições válidos que reflitam os termos e as condições da cláusula invalidada, nula ou anulada, observados a intenção e o objetivo das partes quando primeiro negociaram a cláusula invalidada, nula ou anulada, e o contexto em que se insere.

12. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

12.1 A Emissora neste ato declara que:

- i) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade anônima de acordo com as leis brasileiras;

DUESP

- ii) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;
- iii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto, bem como todas as aprovações, autorizações e consentimentos necessários foram obtidos e encontram-se válidos, eficazes e em pleno vigor;
- iv) esta Escritura e as disposições nela previstas constituem obrigações lícitas, válidas e eficazes da Emissora, exequíveis de acordo com seus termos e condições;
- v) os termos desta Escritura não contrariam (a) (1) o estatuto social da Emissora; (2) qualquer contrato ou documento do qual a Emissora seja parte; (3) qualquer lei, decreto, regulamento a que a Emissora esteja sujeita; ou (4) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, ou judicial que afete a Emissora; e (b) não resultarão em: (1) situação de vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em quaisquer contratos ou instrumentos dos quais a Emissora seja parte, (2) criação de quaisquer ônus ou gravames sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes na Data de Emissão, ou aqueles cuja criação decorra da presente Emissão, ou (3) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- vi) observa, em todos os seus aspectos materiais, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- vii) efetua regularmente o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei;
- viii) inexistem (a) descumprimento de qualquer disposição relevante contratual, legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (b) qualquer ação judicial, procedimento judicial ou extrajudicial, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental, em qualquer dos casos deste inciso, (1) que possa afetar de forma materialmente adversa a capacidade da Emissora de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura; ou (2) visando anular,

alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar, de forma materialmente relevante, desta Escritura; e

- ix) inexistência de violação ou indício material de violação a qualquer dispositivo legal ou regulatório, nacional ou estrangeiro, desde que aplicável à Emissora, relativo à prática de corrupção ou de atos lesivos à administração pública, incluindo, sem limitação, a Lei nº 12.846/13.

12.2 A Emissora compromete-se a notificar os debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se inverídicas, incompletas ou incorretas, em até 1 (um) Dia Útil contado da data em que tomar conhecimento da alteração respectiva nas declarações prestadas.

13. EXECUÇÃO

13.1 Esta Escritura e cada uma das Debêntures constitui título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585, incisos I e II da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 ("Código de Processo Civil"), reconhecendo as partes desde já que, independente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 461 e 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura, deverão ser sempre realizadas por escrito, se feitas por fax ou correio eletrônico, serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente), devendo os respectivos originais serem encaminhados até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem; se feitas por correspondência, as comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo Correio ou por telegrama, nos endereços constantes a seguir:

(I) Para a Emissora:

REDE D'OR SÃO LUIZ S.A.

At.: Sr. Carlos Vasques

Rua Voluntários da Pátria, 138, sobreloja, Botafogo

Rio de Janeiro, RJ, 22270-010

E-mail: carlos.vasques@rededor.com.br

Tel.: (21) 3239-4700

DUCESP
17 12 14

(ii) Para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira

Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 08, Ala B, Salas 303 e 304

Rio de Janeiro, RJ, 22640-102

E-mail: operacional@pentagonotruster.com.br

Tel.: (21) 3385-4565

Fax.: (21) 3385-4046

(iii) Para o Banco Liquidante:

ITAÚ UNIBANCO S.A.

At.: Luiz André Negrin Petito

E-mail: luiz.petito@itau-unibanco.com.br

Tel.: (11) 2797-4441

Fax.: (11) 2797-3140

(iv) Para a CETIP:

CETIP S.A. – Mercados Organizados

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.663

São Paulo, SP, 01452-001

E-mail: gr.debentures@cetip.com.br

Fax: (11) 3111-1564

ou

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Av. República do Chile, nº 230/11º andar

20031-919 – Rio de Janeiro – RJ

Fax: (21) 2276-7435

14.3 A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada às demais partes pela parte que tiver seu endereço alterado, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da sua ocorrência.

14.4 Eventuais prejuízos decorrentes da não observância do disposto acima serão arcados pela parte inadimplente.

DUCESP
17 12 14

15. DIVISÃO

15.1 Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

16. LEI APLICÁVEL

16.1 Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

17. FORO

17.1 Fica eleito o foro central da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Escritura, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam a presente Escritura, em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas (2) testemunhas abaixo assinadas.

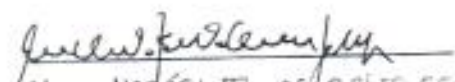
São Paulo, 09 de dezembro de 2014.



DUESP

(Página de assinaturas 1/3 da Escritura Particular da 6ª Emissão de Debêntures Simples, não
Convertíveis em Ações, da Espécie Quotografária, para Distribuição Pública com Esforços
Restritos, da REDE D'OR SÃO LUIZ S.A., celebrado entre REDE D'OR SÃO LUIZ S.A. e
PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS datada
de 09 de dezembro de 2014)

REDE D'OR SÃO LUIZ S.A.


Nome: HERÁCLITO DE BRITO GOMES JUNIOR
Cargo: (CEO) Diretor Presidente

DUCEP

(Página de assinaturas 2/3 da Escritura Particular da 6ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quotografária, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da REDE D'OR SÃO LUIZ S.A., celebrado entre REDE D'OR SÃO LUIZ S.A. e PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS datada de 09 de dezembro de 2014)


PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS


Nome: Pedro Silva
Cargo: Procurador

JUCESP

(Página de assinaturas 3/3 da Escritura Particular da 6ª Emissão de Debêntures Simples, não
Convertíveis em Ações, da Espécie Quotografária, para Distribuição Pública com Esforços
Restritos, da REDE D'OR SÃO LUÍZ S.A., celebrada entre REDE D'OR SÃO LUÍZ S.A. e
PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS datada
de 09 de dezembro de 2014)

Testemunhas:

1. 
AMAURY BRAGA CALIXTO
CPF 040.674.546-35
Nome: CRC 1MG077956/O-3 T SP
R.G.:

2. 
ARLETE A. ALVES DE FÁRIA
RG 30.654.253-0 SSP/SP
CPF 288.054.178-68
Nome:
R.G.:

